



Concurso Público para provimento de cargos de
Procurador

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Em relação às liberdades públicas constitucionais, é correto afirmar:

- (A) O princípio constitucional da inviolabilidade do sigilo de correspondência somente poderá ser afastado mediante decisão judicial fundamentada, sendo vedada em quaisquer hipóteses a apreensão administrativa de cartas.
- (B) Para os fins da proteção constitucional a que se refere o art. 5º, XI, da Constituição Federal (inviolabilidade domiciliar), o conceito normativo de 'casa' deve ser interpretado como abrangente, estendendo-se a qualquer aposento ocupado de habitação coletiva ou compartimento privado onde alguém exerce profissão ou atividade, compreendendo, inclusive, os consultórios profissionais de médicos e cirurgiões dentistas.
- (C) A privacidade quanto ao sigilo de dados poderá ser, excepcionalmente, afastada para efeitos de investigação criminal pela quebra do sigilo de dados fiscais do contribuinte realizada pela Receita Federal, desde que fundamentada.
- (D) O Tribunal de Contas da União detém legitimidade para requisitar diretamente informações que importem quebra de sigilo bancário.
- (E) A interceptação telefônica será lícita desde que determinada em decisão fundamentada do juiz competente ou de comissão parlamentar de inquérito, quando necessária, como único meio de prova, à apuração de fato delituoso.

2. O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

- (A) restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência, inviolabilidade domiciliar, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- (B) restrições aos direitos de associação, sigilo de correspondência, sigilo bancário e fiscal.
- (C) restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica e liberdade de imprensa.
- (D) restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- (E) restrições aos direitos de associação, liberdade de imprensa, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

3. Em relação às súmulas vinculantes, é correto afirmar:

- (A) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso, inclusive quanto aos julgamentos dos recursos interpostos contra decisões proferidas antes da edição da súmula vinculante.
- (B) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação diretamente ao Tribunal competente que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso, salvo quanto aos julgamentos dos recursos interpostos contra decisões proferidas antes da edição da súmula vinculante.
- (C) Somente da decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso, salvo quanto aos julgamentos dos recursos interpostos contra decisões proferidas antes da edição da súmula vinculante.
- (D) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação diretamente ao Tribunal competente que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso, inclusive quanto aos julgamentos dos recursos interpostos contra decisões proferidas antes da edição da súmula vinculante.
- (E) Somente da decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso, inclusive quanto aos julgamentos dos recursos interpostos contra decisões proferidas antes da edição da súmula vinculante.

4. O Supremo Tribunal Federal é INCOMPETENTE para processar e julgar, originariamente,

- (A) ação cível originária proposta pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT contra Estado-Membro.
- (B) ação de execução movida por sociedade de economia mista controlada por um Estado da Federação contra outro Estado da Federação.
- (C) ação civil de reparação patrimonial entre estado estrangeiro e o Distrito Federal.
- (D) mandado de segurança contra ato da Mesa da Câmara dos Deputados.
- (E) conflitos de competências entre Juiz Federal de 1ª instância e Superior Tribunal Militar.



5. Na hipótese de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos últimos dois anos do mandato, assumirá temporariamente o Presidente
- (A) da Câmara dos Deputados e a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (B) da Câmara dos Deputados e a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (C) do Congresso Nacional e a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (D) do Senado Federal e a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (E) do Congresso Nacional e a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
6. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em relação à liberdade religiosa, prevê que a laicidade estatal adota como suas finalidades proteger o
- (A) Estado de indevidas influências provenientes de dogmas religiosos e salvaguardar as diversas confissões religiosas cristãs do risco de intervenção abusiva do Estado nas questões internas.
 - (B) indivíduo, determinando ao Estado observância aos dogmas religiosos e salvaguardar, em face do caráter normativo do preâmbulo constitucional, as diversas confissões religiosas cristãs do risco de intervenção abusiva do Estado nas questões internas.
 - (C) Estado de indevidas influências provenientes de dogmas religiosos e salvaguardar a confissão religiosa católica do risco de intervenção abusiva do Estado nas questões internas.
 - (D) indivíduo, determinando ao Estado observância aos dogmas religiosos e salvaguardar, em face do caráter normativo do preâmbulo constitucional, as diversas confissões religiosas cristãs ou não cristãs do risco de intervenção abusiva do Estado nas questões internas.
 - (E) Estado de indevidas influências provenientes de dogmas religiosos e salvaguardar as diversas confissões religiosas de intervenção abusiva do Estado nas questões internas.
7. Deputados Federais e Senadores serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns
- (A) e nos atos de improbidade administrativa.
 - (B) e nos atos que configuram quebra de decoro parlamentar.
 - (C) salvo nos crimes dolosos contra a vida, por se tratar de competência originária do Júri.
 - (D) salvo nos crimes eleitorais, por se tratar de competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (E) inclusive nos crimes dolosos contra a vida e nos crimes eleitorais.
8. Em relação à repartição constitucional em matéria de competência legislativa, é correto afirmar:
- (A) Os Municípios possuem competência privativa taxativamente prevista na Constituição Federal.
 - (B) Os Estados poderão delegar sua competência privativa aos Municípios, desde que seja por lei complementar e se refira a ponto específico dentro de uma das matérias de sua competência privativa.
 - (C) A União possui competência privativa taxativamente prevista pela Constituição Federal.
 - (D) A União poderá delegar sua competência legislativa privativa aos Estados e Municípios, desde que seja por lei complementar e se refira a ponto específico dentro de uma das matérias de sua competência privativa.
 - (E) Os Estados possuem competência privativa taxativamente prevista na Constituição Federal.
9. Em relação ao controle abstrato de constitucionalidade, é correto afirmar:
- (A) O Supremo Tribunal Federal deve condicionar sua admissibilidade à inviabilidade do controle difuso.
 - (B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ter por objeto lei anterior à Constituição Federal.
 - (C) Somente o Procurador-Geral da República pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
 - (D) O Conselho Federal da OAB poderá ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade desde que comprovada a pertinência temática.
 - (E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade interventiva proposta pelo Procurador-Geral da República.
10. Em relação às medidas provisórias, é INCORRETO afirmar:
- (A) Caso o Congresso Nacional não edite o decreto legislativo no prazo de 60 dias após a rejeição ou perda de sua eficácia, a medida provisória continuará regendo somente as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência.
 - (B) A edição de medida provisória paralisa temporariamente a eficácia da lei que versava a mesma matéria. Se a medida provisória for aprovada, convertendo-se em lei, opera-se a revogação.
 - (C) A decadência da medida provisória, pelo decurso do prazo constitucional, opera a desconstituição, com efeitos retroativos, em regra, dos atos produzidos durante sua vigência.
 - (D) Caso o Congresso Nacional rejeite ou não aprecie em tempo hábil (60 dias) a medida provisória, esta perderá sua eficácia, pelo que se denomina rejeição tácita, podendo ser reeditada uma única vez.
 - (E) A perda retroativa de eficácia jurídica da medida provisória em regra ocorre tanto na hipótese de explícita rejeição do projeto de sua conversão em lei quanto no caso de ausência de deliberação parlamentar no prazo constitucional, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

**Direito Administrativo**

11. Trata-se de ato administrativo que NÃO depende de prévia manifestação de vontade do Poder Legislativo para ser praticado:
- (A) alienação de um imóvel pertencente à Administração Direta Estadual.
 - (B) encampação de um serviço público concedido a um particular, pelo respectivo poder concedente.
 - (C) celebração de um convênio de colaboração entre Estado e Município, pelos respectivos Chefes do Poder Executivo, em que não haja gravame ao patrimônio dos partícipes.
 - (D) desapropriação de um bem público pertencente ao Município pelo Estado-Membro em que ele se situa.
 - (E) nomeação para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas Estadual, por indicação do Chefe do Poder Executivo.
12. Em razão de nulidade constatada em concurso público, diversos servidores que trabalhavam com a expedição de certidões em repartição estadual tiveram suas nomeações e respectivos atos de posse anulados, embora não tivessem dado causa à nulidade do certame. Em vista dessa situação, as certidões por eles emitidas
- (A) não podem ser atribuídas ao ente estatal, sendo nulas de pleno efeito, em face da teoria da usurpação de poder.
 - (B) são consideradas válidas, ressalvada a existência de outros vícios na sua produção, o que se explica pela teoria do órgão ou da imputação.
 - (C) são anuláveis, desde que os interessados exerçam a faculdade de impugná-las.
 - (D) são consideradas inválidas, o que se explica pela teoria dos motivos determinantes.
 - (E) são consideradas inexistentes, visto que sua produção se deu sem um dos elementos essenciais do ato administrativo, a saber, o agente competente.
13. Diante da escassez de vagas na rede pública de ensino, um Prefeito Municipal propõe a realização de ajuste com associações civis que se disponham a criar e manter creches e pré-escolas gratuitas, sendo que a colaboração estatal se dará por subvenções a serem utilizadas exclusivamente na atividade educacional, bem como por meio de treinamento profissional e supervisão técnica dos projetos. Diante das características desse ajuste, pode-se concluir que se trata de
- (A) parceria público-privada.
 - (B) consórcio público, na modalidade associação pública.
 - (C) concessão patrocinada.
 - (D) contrato de prestação de serviços.
 - (E) convênio.
14. O chamado poder regulamentar autônomo, trata-se de
- (A) exercício de atividade normativa pelo Executivo, disciplinando matéria não regulada em lei, de contravenção à existência no direito nacional.
 - (B) poder conferido aos entes federados para legislar em matéria administrativa de seu próprio interesse.
 - (C) atividade normativa exercida pelas agências reguladoras, nos setores sob sua responsabilidade.
 - (D) prerrogativa conferida a todos os Poderes para disciplinar seus assuntos *interna corporis*.
 - (E) atividade normativa excepcional, conferida ao Conselho de Defesa Nacional, na vigência de estado de defesa ou estado de sítio.
15. A Lei Federal nº 8.666/93 agasalha a presença de diversas cláusulas exorbitantes que caracterizam o regime jurídico dos contratos administrativos e excepcionam o regime contratual comum. NÃO merece a qualificação de cláusula exorbitante
- (A) o poder de rescisão unilateral do contrato, nos casos especificados na lei.
 - (B) o poder de modificação do contrato, independente da vontade do contratado, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado e os limites estabelecidos na lei.
 - (C) a chamada *exceptio non adimpleti contractus* (exceção do contrato não cumprido).
 - (D) a possibilidade de aplicar sanções ao contratado, de forma unilateral, pela inexecução parcial ou total do ajuste.
 - (E) a prerrogativa de, nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
16. Dentre as formas estatuídas na Constituição do Estado da Paraíba, para uso de bens públicos por terceiros, NÃO está prevista a
- (A) concessão gratuita.
 - (B) permissão de uso.
 - (C) cessão de uso.
 - (D) autorização de uso.
 - (E) locação.
17. Nos processos licitatórios regulados pela Lei Federal nº 8.666/93, é absolutamente vedada a
- (A) fixação de preferência a bens e serviços produzidos no país, em detrimento dos produzidos em país estrangeiro como critério de desempate.
 - (B) realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas.
 - (C) contratação direta por inexigibilidade de licitação, quando se tratar de serviços de publicidade e divulgação.
 - (D) utilização de moeda estrangeira para cotação dos preços constantes das propostas dos licitantes.
 - (E) realização de diversos certames para parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.



18. Sobre o controle jurisdicional da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) os membros do Poder Legislativo não podem ser apontados como autoridade coatora no mandado de segurança, uma vez que tal instrumento é voltado exclusivamente ao desempenho da função administrativa.
- (B) o direito de acesso à informação de interesse coletivo ou geral é tutelado por meio do instituto do *habeas data*.
- (C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos dos seus membros, mediante prévia autorização por assembleia geral da entidade.
- (D) na ação popular, o Ministério Público funciona como fiscal da lei, podendo, todavia, assumir o polo ativo em caso de desistência do autor popular.
- (E) por ser instrumento de tutela individual, destinado a garantir exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, ameaçados por omissão legislativa ou regulamentadora, o mandado de injunção não pode ser proposto como ação coletiva.

19. É característica do regime jurídico das entidades da Administração Indireta
- (A) a existência de entidades de direito público, como as autarquias e empresas públicas, dotadas de prerrogativas semelhantes às dos entes políticos.
- (B) a ausência de subordinação hierárquica entre as pessoas administrativas descentralizadas e os órgãos da Administração Direta responsáveis pela sua supervisão.
- (C) a obrigatoriedade de contratação de pessoal das entidades descentralizadas por meio do regime celetista.
- (D) que a existência legal das entidades descentralizadas decorra diretamente da promulgação de lei instituidora.
- (E) a obediência de todas as entidades descentralizadas à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

20. É conduta vedada pela lei eleitoral:
- (A) realizar transferência voluntária de recursos do Estado ao Município, nos três meses que antecedem o pleito, para construção de ginásio esportivo, cuja obra ainda não foi iniciada.
- (B) promover a remoção de servidor público por união de cônjuges, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem, até a posse dos eleitos.
- (C) realizar, nos três meses que antecedem eleição municipal, publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos do Estado.
- (D) divulgar, no site da Assembleia Legislativa, as atividades desenvolvidas por deputado durante o seu mandato parlamentar, como as presidências e relatórios por ele assumidas, as proposições de lei e os discursos proferidos em plenário.
- (E) o uso, pelo Governador do Estado, da residência oficial para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha.

Direito Tributário

21. Considere as seguintes afirmações com relação à Interpretação e Integração da Legislação Tributária:
- I. O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei; no entanto, o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa de pagamento de tributo devido.
- II. Lei tributária não pode alterar o conceito estipulado pela Constituição Federal para o fato gerador do ICMS da realização de operações relativas à circulação de mercadorias, a menos que seja para definir competência tributária.
- III. No caso de dispensa de determinado critério de escrituração fiscal, a legislação de regência deve ser interpretada literalmente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) III.

22. Assinale a alternativa que apresenta somente um tributo federal, um estadual e um municipal.
- (A) Imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso de direitos reais sobre imóveis; imposto sobre prestação de serviços de comunicação; e imposto sobre produtos industrializados.
- (B) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física; e imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (C) Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros; imposto sobre prestação de serviço de transporte intramunicipal; e imposto sobre a propriedade territorial rural.
- (D) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias; e imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- (E) Imposto sobre prestação de serviço de comunicação; imposto sobre prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal; e imposto sobre serviços de qualquer natureza.

23. Considere as seguintes afirmações:
- I. A falta de emissão de nota fiscal em operações isentas de venda de mercadorias não é suficiente para que esta obrigação acessória se transforme em obrigação principal com relação à penalidade pecuniária.
- II. A concessão de tutela antecipada em ação judicial ou de parcelamento suspendem a exigibilidade de crédito tributário e são causas de dispensa do cumprimento das obrigações acessórias correspondentes à obrigação principal cujo crédito seja suspenso.
- III. Lei específica deve tratar das formas e condições para a concessão de parcelamento.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) I.



24. Com relação à exclusão do crédito tributário é correto afirmar:

- (A) Nos casos de exclusão de crédito tributário são dispensadas as obrigações acessórias relativas à obrigação principal cujo crédito seja excluído.
- (B) Lei tributária estadual pode conceder isenção para taxas e contribuições de melhoria.
- (C) Despacho de autoridade administrativa concedendo isenção em caráter individual gera direito adquirido para o beneficiário desta modalidade de exclusão de crédito tributário insuscetível de posterior fiscalização.
- (D) Isenção pode ser concedida por contrato, mesmo na ausência de lei específica, não sendo causa de responsabilidade funcional.
- (E) São causas excludentes do crédito tributário: isenção, anistia e moratória.

25. O princípio da não cumulatividade referente ao ICMS pretende a

- (A) cumulatividade do tributo, prescrevendo a compensação do que for cobrado em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante devido nas anteriores pelo mesmo ou outro Município.
- (B) não cumulatividade do tributo, prescrevendo a compensação do que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante efetivamente pago nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- (C) não cumulatividade do tributo, prescrevendo a compensação do que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante efetivamente pago nas anteriores pelo mesmo ou outro Município.
- (D) não cumulatividade do tributo, prescrevendo a compensação do que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- (E) não cumulatividade do tributo, prescrevendo a compensação do que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores exclusivamente pelo mesmo Estado ou Distrito Federal.

26. Considere as seguintes afirmações:

- I. Com relação ao ICMS cabe à lei complementar dispor sobre substituição tributária e definir seus contribuintes.
- II. Resolução do Senado Federal estabelecerá as alíquotas mínimas para a cobrança do IPVA instituído pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- III. Não incide ICMS sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, mas incide sobre serviços prestados a destinatários no exterior.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) III.

27. Com relação ao ICMS, é correto afirmar que

- (A) deverá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- (B) é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas mediante resolução.
- (C) incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção gratuita ou onerosa.
- (D) os Estados e o Distrito Federal não poderão cobrar tributo na entrada de mercadorias ou bens importados do exterior, sendo exclusividade da União tributar as operações de comércio externo.
- (E) lei complementar não deve tratar da base de cálculo do imposto, sendo esta uma atribuição exclusiva da lei de cada Unidade da Federação.

28. Considere as seguintes afirmações:

- I. A compensação, a prescrição e o parcelamento são modalidades suspensivas do crédito tributário.
- II. A remissão, o depósito do montante integral e sua conversão em renda são modalidades de extinção do crédito tributário.
- III. A decisão administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, a consignação em pagamento e a decisão judicial transitada em julgado são modalidades de extinção do crédito tributário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

29. Considere as seguintes afirmações:

- I. Fato gerador da obrigação principal é situação definida em decreto do executivo ou resolução do Senado Federal como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- II. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- III. Autoridade administrativa, observados os procedimentos estabelecidos em lei ordinária, pode efetuar a desconsideração de atos ou de negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



<p>30. Com relação ao aspecto pessoal das obrigações tributárias é correto afirmar:</p> <p>(A) Sujeito passivo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.</p> <p>(B) Sujeito ativo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam seu objeto.</p> <p>(C) Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.</p> <p>(D) Sujeito ativo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo.</p> <p>(E) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento da penalidade.</p>	<p>33. Quanto às pessoas jurídicas, é correto afirmar:</p> <p>(A) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal, autarquias e todas as fundações.</p> <p>(B) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades empresariais.</p> <p>(C) Tendo a pessoa jurídica administração coletiva, as decisões serão tomadas por unanimidade, a não ser que seu ato constitutivo disponha de modo diverso.</p> <p>(D) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.</p> <p>(E) Em razão de culpa na escolha, obrigam a pessoa jurídica quaisquer atos de seus administradores, exercidos nos limites ou não dos poderes definidos no ato constitutivo.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>31. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.</p> <p>Esta norma jurídica consubstancia o princípio da obrigatoriedade:</p> <p>(A) da jurisdição a ser prestada.</p> <p>(B) da ação a ser proposta.</p> <p>(C) da lei a ser aplicada.</p> <p>(D) do impulso oficial por parte do juiz.</p> <p>(E) do livre convencimento do julgador.</p>	<p>34. Em relação aos bens, assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.</p> <p>(B) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertencentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.</p> <p>(C) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.</p> <p>(D) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram, bem como o direito à sucessão aberta.</p> <p>(E) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.</p>
<p>32. No tocante aos direitos da personalidade,</p> <p>(A) a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, com objetivo científico ou altruístico, uma vez formalizada é ato irrevogável e irretroatável.</p> <p>(B) em nenhuma hipótese é possível o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.</p> <p>(C) em se tratando de morto, terá legitimação para demandar perdas e danos, bem como outras medidas visando a fazer cessar ameaça ou lesão a direitos da personalidade, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.</p> <p>(D) ninguém pode negar-se a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, mesmo que esteja correndo risco de morte.</p> <p>(E) o pseudônimo adotado para atividades lícitas, embora de livre escolha do indivíduo, não goza da proteção que se dá ao nome.</p>	<p>35. Em relação às obrigações solidárias, analise as seguintes afirmações:</p> <p>I. Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores, não demandando de imediato os demais.</p> <p>II. A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos cocredores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.</p> <p>III. Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I.</p>



<p>36. No contrato de compra e venda,</p> <p>(A) será nula a venda de ascendente a descendente, salvo consentimento expresso do cônjuge do alienante e dos demais descendentes.</p> <p>(B) não podem as partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, em razão do curso forçado da moeda.</p> <p>(C) até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor.</p> <p>(D) será ele anulável, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.</p> <p>(E) seu objeto pode ser coisa atual ou futura, ficando sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.</p>	<p>39. Em relação à sucessão legítima e à herança vacante, analise as seguintes afirmações:</p> <p>I. Falecendo alguém sem deixar testamento nem herdeiro legítimo notoriamente conhecido, os bens da herança, depois de arrecadados, ficarão sob a guarda e administração de um curador, até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado ou à declaração de sua vacância.</p> <p>II. Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.</p> <p>III. Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação concedido aos filhos de irmãos.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) II e III, apenas. (E) III, apenas.</p>
<p>37. No tocante à aquisição de propriedade, é correto afirmar:</p> <p>(A) A aquisição da propriedade móvel por usucapião dar-se-á se a posse da coisa prolongar-se por três anos, independentemente de título ou boa-fé.</p> <p>(B) Por meio de sentença constitutiva, poderá o possuidor requerer ao juiz a aquisição da propriedade imóvel por meio de usucapião.</p> <p>(C) A aquisição da propriedade imóvel por usucapião nem sempre depende de justo título, mas é juridicamente impossível sem que o possuidor se encontre de boa-fé.</p> <p>(D) A aquisição da propriedade imobiliária pode dar-se por avulsão, caracterizada por acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas.</p> <p>(E) Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.</p>	<p>40. Quanto ao condomínio em edificações, é correto afirmar:</p> <p>(A) A convenção que constitui o condomínio edilício deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, três quartos das frações ideais, tornando-se obrigatória contra terceiros a partir do Registro no Cartório Imobiliário.</p> <p>(B) Institui-se o condomínio edilício exclusivamente por ato entre vivos, registrado no Cartório de Registro de Imóveis.</p> <p>(C) A convenção condominial deve necessariamente ser feita por escritura pública.</p> <p>(D) O condômino, ou possuidor, que não cumpre reiteradamente com os seus deveres perante o condomínio poderá, por deliberação de três quartos dos condôminos restantes, ser constrangido a pagar multa correspondente até ao quintuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais, conforme a gravidade das faltas e a reiteração, independentemente das perdas e danos que se apurem.</p> <p>(E) Não é permitido ao condômino alienar parte acessória de sua unidade imobiliária, seja a outros condôminos, seja a terceiros, pois o acessório vincula-se ao principal.</p>
<p>38. Segundo o Código de Defesa do Consumidor:</p> <p>(A) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais, nas relações de consumo, será apurada independentemente de culpa ou dolo.</p> <p>(B) Os órgãos públicos por si, por suas concessionárias ou permissionárias são obrigados a fornecer produtos modernos e serviços adequados de forma contínua, ainda que não sejam essenciais.</p> <p>(C) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabelecem a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.</p> <p>(D) O fornecedor de produtos ou serviços é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.</p> <p>(E) Provada pelo fornecedor de produtos ou serviços sua ignorância sobre os vícios de qualidade por sua inadequação ao fim a que se destinam, estará ele isento de responsabilidade por eventual prejuízo causado ao consumidor.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>41. Os embargos do devedor</p> <p>(A) são recebidos, em regra, somente no efeito devolutivo, excepcionalmente admitindo-se seu recebimento no duplo efeito.</p> <p>(B) são cabíveis, como defesa, tanto no cumprimento de sentença como na execução por título extrajudicial.</p> <p>(C) exigem somente julgamento meritório, não havendo hipótese de rejeição liminar, por sua natureza.</p> <p>(D) para serem opostos, necessariamente, o executado terá garantido previamente o Juízo.</p> <p>(E) seguem rito especial, não havendo possibilidade de audiência instrutória.</p>



42. O pedido do autor delimita a jurisdição a ser prestada. O princípio processual que informa essa delimitação é o da
- (A) duração razoável do processo.
 - (B) eventualidade.
 - (C) imparcialidade.
 - (D) adstrição ou congruência.
 - (E) celeridade ou economia processuais.
43. Em relação à ação, é correto afirmar que
- (A) se considera ter sido ela proposta a partir do momento em que o réu é citado.
 - (B) o juiz deve extinguir o processo, com resolução do mérito, quando não concorrer qualquer de suas condições.
 - (C) há litispendência, quando se repete a ação que está em curso, com mesmas partes, pedido e causa de pedir.
 - (D) se a inicial contiver irregularidades formais, deve o processo ser imediatamente extinto, sem resolução do mérito.
 - (E) a legitimidade para agir diz respeito à utilidade e necessidade da ação a ser proposta.
44. Quanto aos recursos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os embargos infringentes são cabíveis, na apelação, de qualquer acórdão não unânime.
 - (B) Tanto a apelação como o agravo são, em regra, recebidos no duplo efeito, excepcionalmente admitindo-se seu recebimento apenas no efeito devolutivo.
 - (C) A interposição de recurso especial ou extraordinário sempre obsta a execução provisória do julgado, a partir do recebimento dos recursos extremos.
 - (D) Se o apelante principal desistir do recurso, a parte que interpôs recurso adesivo poderá pedir seu prosseguimento autônomo, desde que o faça em até dez dias da desistência.
 - (E) Como regra geral, os embargos de declaração não têm caráter infringente, não sendo meio adequado para reexame da prova já apreciada expressamente.
45. Analise as afirmações abaixo, referentes aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária.
- I. Nesses procedimentos, os interessados podem produzir as provas destinadas a demonstrar suas alegações, não cabendo ao juiz ordenar de ofício a produção de provas.
 - II. Os pedidos de jurisdição voluntária devem ser decididos no prazo de dez dias; o juiz, porém, não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.
 - III. Da sentença em tais procedimentos caberá apelação, não podendo a decisão ser modificada, ainda que ocorram circunstâncias supervenientes.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, II e III.
46. Em relação às medidas cautelares, é correto afirmar:
- (A) Não ocorrem os efeitos da revelia em tais medidas.
 - (B) São elas instauradas, necessariamente, antes do curso do processo principal, do qual é sempre dependente.
 - (C) Em nenhuma hipótese serão determinadas pelo juiz sem audiência das partes.
 - (D) Podem elas ser substituídas, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.
 - (E) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para contestar o pedido em dez dias, com a indicação das provas a serem produzidas.
47. No tocante à execução fiscal,
- (A) a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da recuperação judicial, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
 - (B) poderá ela ser promovida apenas contra o devedor, o espólio ou a massa falida.
 - (C) a Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
 - (D) não ocorrendo o pagamento na execução fiscal, nem estando ela garantida, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, sem exceção.
 - (E) o executado será citado, sempre por Oficial de Justiça, para pagar a dívida em cinco dias, com os acréscimos legais indicados na Certidão da Dívida Ativa, ou então para garantir a execução.
48. Quanto ao mandado de segurança, é correto afirmar:
- (A) Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição; a autoridade coatora, porém, por não ser parte processual, não tem o direito de recorrer.
 - (B) Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo não é óbice à concessão do mandado de segurança; este não é possível, porém, de decisão judicial transitada em julgado.
 - (C) Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
 - (D) Do indeferimento da inicial de mandado de segurança pelo juiz de primeiro grau caberá apelação e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente aos tribunais, do ato do relator não caberá recurso.
 - (E) A sentença que conceder o mandado de segurança só poderá ser executada definitivamente, pela possibilidade presumida de dano irreversível à autoridade coatora.



<p>49. No que se refere às nulidades processuais, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais.</p> <p>(B) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.</p> <p>(C) Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.</p> <p>(D) Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta.</p> <p>(E) A nulidade dos atos processuais pode ser alegada a qualquer tempo, tratando-se de matéria não sujeita à preclusão.</p>	<p>53. No direito brasileiro, o lugar do crime define-se pela teoria</p> <p>(A) da equidistância.</p> <p>(B) do efeito intermédio.</p> <p>(C) da ubiquidade.</p> <p>(D) monista.</p> <p>(E) vicariante.</p>
<p>50. Analise as afirmações abaixo, relativamente à prova processual:</p> <p>I. É nula a convenção que distribui de maneira diversa da estabelecida em lei o ônus da prova, quando tornar excessivamente difícil a uma das partes o exercício de direito.</p> <p>II. Salvo disposição especial em contrário, as provas devem ser produzidas pelo autor na petição inicial e pelo réu na contestação.</p> <p>III. Somente os meios legais normatizados são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>	<p>54. O parágrafo único do art. 14 do Código Penal pune a tentativa, caracterizando-se como norma de extensão da</p> <p>(A) tipicidade.</p> <p>(B) desistência voluntária.</p> <p>(C) culpabilidade formal.</p> <p>(D) culpabilidade material.</p> <p>(E) reprovação social.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>51. A avaliação do espaço urbano é especialmente importante para compreensão das ondas de distribuição geográfica e da correspondente produção das condutas desviantes. Este postulado é fundamental para compreensão da corrente de pensamento, conhecida na literatura criminológica, como</p> <p>(A) teoria da anomia.</p> <p>(B) escola de Chicago.</p> <p>(C) teoria da associação diferencial.</p> <p>(D) criminologia crítica.</p> <p>(E) <i>labelling approach</i>.</p>	<p>55. A Lei nº 7.210/84 dispõe que a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições da condenação criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado (art. 1º). Como nítido no item 13 da respectiva Exposição de Motivos, tem-se aí, por inteiro, tributo à teoria da pena denominada</p> <p>(A) retribuição moderna.</p> <p>(B) retribuição taliônica.</p> <p>(C) prevenção geral.</p> <p>(D) prevenção especial.</p> <p>(E) mista ou eclética.</p>
<p>52. Franz Von Liszt (1851-1919) foi um modernizador do Direito Penal, propondo repensá-lo desde a ótica de uma política criminal que tenha na pena uma ferramenta estatal na luta contra o crime, inclusive com fundamentos científicos da criminologia e da penologia. O movimento correspondente, que teve em Von Liszt um de seus mais importantes defensores, denomina-se</p> <p>(A) Escola de Kiel.</p> <p>(B) Teoria da nova defesa social.</p> <p>(C) Finalismo.</p> <p>(D) Programa de Marburgo.</p> <p>(E) Escola Positiva.</p>	<p>56. Dogmaticamente, há quem entenda impossível a combinação, no mesmo ilícito, das circunstâncias do homicídio dito privilegiado (art. 121, parágrafo 1º, do Código Penal) com aquelas do homicídio qualificado. Segundo essa linha de compreensão dogmática, isso ocorre inclusive por, no caso, haver</p> <p>(A) antinomia lógica e topográfica.</p> <p>(B) proibição do <i>non bis in idem</i>.</p> <p>(C) proibição constitucional expressa.</p> <p>(D) subsidiaridade.</p> <p>(E) consunção.</p>
	<p>57. <i>No Brasil, nunca se legislou tanto em matéria criminal quanto no período posterior à Constituição Federal de 1988. Há um verdadeiro agigantamento da criminalização primária, que – para aqueles que querem ver – revela a fragilidade e a ineficácia das instâncias formais de criminalização secundária (Polícia, Ministério Público, Judiciário, Sistema Penal etc.). Para isso, faz-se tábua rasa de conquistas históricas orientadas à limitação do poder punitivo, volatizando-se a ideia de bem jurídico penal e convertendo-se a resposta criminal na prima ratio para a solução dos problemas sociais. Meio ambiente, relações de consumo, trânsito, condições etárias e de gênero (idoso e violência doméstica), relações tributárias etc., são exaustivamente usados como objeto de tutela penal, sempre recrudescida, num movimento de expansão que parece não encontrar fim. (...) Dos diversos efeitos nocivos provocados pelo excesso de leis penais, o mais prejudicial, talvez, seja o comprometimento da harmonia sistemática do ordenamento jurídico. A intervenção mínima, no seu duplo aspecto de fragmentariedade e subsidiariedade, constitui, indiscutivelmente, pressuposto da coerência lógica do sistema de normas penais.</i></p> <p>(IBCCRIM. Livro dos editoriais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 76-77)</p> <p>O eixo teórico desse argumento crítico concentra-se diretamente na ideia de</p> <p>(A) individualização.</p> <p>(B) antijuridicidade.</p> <p>(C) culpabilidade.</p> <p>(D) responsabilidade penal subjetiva.</p> <p>(E) proporcionalidade.</p>



58. O funcionário público que, se valendo dessa qualidade, patrocina interesse privado perante a administração pública comete, em princípio, o crime de
- (A) corrupção passiva.
 - (B) condescendência criminosa.
 - (C) advocacia administrativa.
 - (D) excesso de exação.
 - (E) prevaricação.

Direito Processual Penal

59. No tocante à competência no processo penal, é correto afirmar que
- (A) se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.
 - (B) nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou residência do réu, somente se desconhecido o lugar da infração.
 - (C) a competência especial por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece ainda que o inquérito ou a ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.
 - (D) na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso entre a jurisdição especial e a comum, prevalecerá esta.
 - (E) a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o maior número de atos de execução.

60. No tocante à prisão processual e às suas medidas alternativas, é correto afirmar que
- (A) o pedido de medida cautelar deverá, sempre, ser analisado pelo juiz sem a prévia intimação da parte contrária.
 - (B) as medidas cautelares poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
 - (C) qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
 - (D) o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 7 (sete) anos de idade ou com deficiência.
 - (E) a autoridade policial, em caso de prisão em flagrante, somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.

61. Em relação ao procedimento do júri, é correto afirmar que
- (A) contra a sentença de impronúncia caberá recurso em sentido estrito.
 - (B) as alegações, no sumário de culpa, são orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 10 (dez) minutos prorrogáveis por mais 10 (dez) minutos.
 - (C) estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos que requeiram a dispensa.
 - (D) durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que prejudique o acusado.
 - (E) a intimação da decisão de pronúncia será feita pessoalmente ao acusado ou ao defensor nomeado e ao Ministério Público.

62. Em relação à interceptação telefônica é correto afirmar:
- (A) Havendo indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal, admite-se a interceptação de comunicações telefônicas, desde que a prova não possa ser feita por outros meios disponíveis e o fato investigado seja punido, no máximo, com pena de detenção.
 - (B) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz unicamente a requerimento do representante do Ministério Público.
 - (C) O Supremo Tribunal Federal vem admitindo a licitude da prova obtida por meio de gravação clandestina de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, desde que não haja causa legal específica de sigilo nem reserva de conversação.
 - (D) A interceptação telefônica poderá ser prorrogada, sem necessidade de nova ordem judicial, enquanto durarem as investigações.
 - (E) A decisão que determinar a interceptação telefônica deverá ser fundamentada, mas não precisa indicar a forma de realização da diligência.

63. Em relação ao interrogatório no processo penal, é INCORRETO afirmar que, de acordo com o Código de Processo Penal,
- (A) excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência, se a medida for necessária para responder à gravíssima questão de ordem pública.
 - (B) o juiz, em qualquer modalidade de interrogatório, garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com o seu defensor.
 - (C) após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.
 - (D) a todo tempo, o juiz poderá proceder a novo interrogatório de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes.
 - (E) o interrogatório do réu preso será realizado, em sala própria, no estabelecimento em que estiver recolhido, desde que esteja garantida a segurança do juiz, do membro do Ministério Público e dos auxiliares, dispensada a presença do defensor nomeado.

64. Em relação à citação no processo penal, é correto afirmar que
- (A) o processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.
 - (B) é nula a citação por edital que apenas indique o dispositivo de lei penal e não transcreva a denúncia ou queixa ou não resuma os fatos em que se baseia.
 - (C) se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficará suspenso o processo, mas não o curso do prazo prescricional.
 - (D) verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e o juiz determinará a citação por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.
 - (E) se o réu estiver preso, não precisa ser pessoalmente citado.



<p>65. Não caberá recurso em sentido estrito da decisão que</p> <ul style="list-style-type: none">(A) não receber a denúncia ou a queixa.(B) revogar livramento condicional.(C) conceder a fiança.(D) indeferir pedido de prisão preventiva.(E) incluir jurado na lista geral.	<p>69. A Seguridade Social está inserida na Constituição da República Federativa do Brasil como objetivo da ordem social, cabendo ao Poder Público organizá-la com base em alguns objetivos ou princípios. Assim sendo, a escolha de um plano básico compatível com a força econômico-financeira do sistema e as reais necessidades dos protegidos, refere-se ao objetivo ou princípio da</p> <ul style="list-style-type: none">(A) universalidade da cobertura e atendimento.(B) uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais.(C) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.(D) equidade na participação do custeio.(E) diversidade na base de financiamento.
<p>66. Em relação à ação penal de iniciativa privada, é correto afirmar que</p> <ul style="list-style-type: none">(A) o perdão não poderá ser aceito por procurador, ainda que este tenha poderes especiais.(B) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia do fato tido como criminoso.(C) o querelante não poderá desistir da ação penal.(D) não se admite a renúncia tácita.(E) as fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.	<p>70. A Lei nº 8.213/91 institui o Plano de Benefícios da Previdência Social, inserindo o Regime Geral da Previdência Social, tendo como beneficiários segurados e dependentes. Nos termos do referido diploma legal, é INCORRETO afirmar que</p> <ul style="list-style-type: none">(A) será segurado obrigatório como empregado o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.(B) será segurado obrigatório como empregado doméstico aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.(C) será beneficiário do Regime Geral, como dependente do segurado, o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.(D) são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social, o servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações.(E) será segurado facultativo na qualidade de segurado especial, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
<p style="text-align: center;">Direito Previdenciário</p> <p>67. Conforme previsão contida na Constituição da República Federativa do Brasil, a previdência social atenderá, nos termos da lei,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) de forma integral, sem caráter contributivo, com prioridade para as atividades preventivas.(B) a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.(C) a valorização da diversidade étnica e regional.(D) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.(E) a vigilância sanitária e epidemiológica, fiscalização de substâncias psicoativas, tóxicas e radioativas.	<p>71. Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/93, é correto afirmar que</p> <ul style="list-style-type: none">(A) é competência estadual a prestação dos serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado.(B) a promoção da integração ao mercado de trabalho não se constitui em objetivo da assistência social por falta de previsão legal.(C) é da competência concorrente dos Estados e dos Municípios responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal.(D) o benefício de prestação continuada é a garantia de 02 (dois) salários mínimos mensais à pessoa com deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.(E) a organização da assistência social tem como base a diretriz da centralização político-administrativa e o comando único das ações apenas pelos municípios, onde estarão inseridas as políticas sociais próximas da população carente.
<p>68. Conforme previsão contida na Lei nº 8.212/91 que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, as propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas pela Comissão integrada por</p> <ul style="list-style-type: none">(A) três representantes: um da área de saúde, um da área da previdência social e um da área de assistência social.(B) três representantes: um dos trabalhadores, um dos empresários e um do governo federal.(C) três representantes: um da União, um dos Estados membros e um dos Municípios.(D) quatro representantes: um da União, um do Distrito Federal, um dos Estados-Membros e um dos Municípios.(E) quatro representantes: um dos Municípios, um dos trabalhadores, um dos empresários e um dos aposentados.	



Direito da Criança e do Adolescente

72. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), ao ser editado, alterou substancialmente o paradigma legislativo na área da infância e juventude, implementando a doutrina
- (A) menorista, pregando-se a proteção do vulnerável que não se ajustava a um padrão estabelecido, justificando a intervenção estatal sobre a sua pessoa.
- (B) da situação irregular, criando vários institutos de acolhimento para crianças e adolescentes, fossem infratores ou vítimas de abandono por omissão ou maus-tratos.
- (C) higienista, afastando das ruas as crianças e adolescentes expostos a vulnerabilidades sociais, como medida de saúde pública.
- (D) retributiva-repressiva, buscando-se medidas na perspectiva da retribuição e controle das expressões juvenis.
- (E) da proteção integral, envolvendo Estado, família e sociedade na proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

73. Com relação ao Conselho Tutelar, é correto afirmar que
- (A) a remuneração dos respectivos membros será fixada por lei estadual.
- (B) é órgão jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- (C) seus membros, dentre outros requisitos à candidatura, devem possuir, no mínimo, dezoito anos de idade.
- (D) seus membros possuem poderes de requisição previstos em lei, inclusive no tocante a serviços previdenciários.
- (E) suas decisões poderão ser revistas pelo membro do Ministério Público, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

74. No tocante ao procedimento de perda ou suspensão do poder familiar, especialmente com as alterações trazidas pela Lei nº 12.010/09 ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que
- (A) é dispensável a oitiva dos pais identificados, caso haja registro de boletim de ocorrência dando conta da prática de maus-tratos contra filho.
- (B) havendo motivo grave, poderá ser decretada a suspensão do poder familiar pela autoridade judicial, liminar ou incidentalmente, ouvido o Ministério Público, até o julgamento definitivo da causa.
- (C) somente a sentença que decretar a perda do poder familiar deverá ser averbada no registro de nascimento da criança e do adolescente, não ocorrendo o mesmo com a suspensão.
- (D) se o requerido não tiver condições de constituir advogado, poderá requerer nomeação de dativo, mas o prazo de resposta continuará a fluir desde a intimação do primeiro.
- (E) poderá ser iniciado de ofício, pelo juiz de direito, ou por provocação do Ministério Público.

75. Segundo a Lei nº 12.594/12, o Plano Individual de Atendimento
- (A) será apresentado em 15 dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento, nos casos das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.
- (B) será apresentado em 60 dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento, nos casos das medidas de semiliberdade e internação.
- (C) conterà, por força de lei, a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas, nos casos de medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.
- (D) conterà a descrição da quantia a ser paga à vítima, parcelamento e datas de vencimento dessas parcelas, no caso da medida de obrigação de reparar o dano.
- (E) será de livre acesso a quem interessar, independente de autorização judicial, por ser instrumento de previsão, registro e gestão de atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Direito do Consumidor

76. A ordem econômica estabelecida na Constituição Federal, e que elege, entre os princípios a serem observados, a defesa do consumidor é fundada
- (A) na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa.
- (B) na valorização do trabalho humano e na abolição da livre concorrência.
- (C) no tratamento igualitário para as empresas de pequeno e grande porte, quando constituídas sob as leis brasileiras e desde que tenham sede e domicílio no país.
- (D) na livre concorrência e tratamento privilegiado do trabalho intelectual ou técnico.
- (E) apenas na função social da propriedade.

77. *Para traduzir o interesse social da segurança das relações jurídicas, diz-se, como está expresso no Código Civil alemão, que as partes devem agir com lealdade e confiança recíprocas {...}. Indo mais adiante, aventa-se a ideia de que entre o credor e o devedor é necessária a colaboração, um ajudando o outro na execução do contrato. A tanto, evidentemente, não se pode chegar, dada a contraposição de interesses, mas é certo que a conduta, tanto de um como de outro, subordina-se a regras que visam a impedir dificilmente uma parte a ação da outra.*

(Orlando Gomes – **Contratos**. 26. ed. Rio de Janeiro, Forense, 2008. p. 43)

Nesse texto, pode-se afirmar que seu autor refere-se

- (A) apenas à boa-fé subjetiva.
- (B) à equidade que deve ser utilizada na interpretação dos contratos.
- (C) à vedação da lesão nos contratos bilaterais.
- (D) à boa-fé objetiva.
- (E) à matéria pertinente ao direito alemão e estranha ao direito brasileiro.



<p>78. Ficam excluídas da definição de consumidor</p> <ul style="list-style-type: none">(A) apenas as pessoas jurídicas de direito privado com fins econômicos.(B) todas as pessoas jurídicas, ainda que utilizem o produto ou o serviço como destinatárias finais.(C) apenas as pessoas jurídicas de direito público interno.(D) as pessoas físicas não consideradas hipossuficientes, segundo os critérios legais.(E) as pessoas físicas ou jurídicas que utilizem o produto ou o serviço como bens de produção.	<p>82. Obriga-se o fornecedor pela oferta quando veicular</p> <ul style="list-style-type: none">(A) informação por meios de comunicação, qualquer que seja seu conteúdo, independentemente de poder levar o consumidor a erro.(B) qualquer tipo de informação que possa levar o consumidor a erro.(C) informação ou publicidade suficientemente precisa relativamente a produtos ou serviços oferecidos ou apresentados.(D) informação ou publicidade de produto de sua fabricação, mas não daqueles que apenas comercializa.(E) qualquer publicidade ou informação considerada enganosa.
<p>79. É abusiva a publicidade</p> <ul style="list-style-type: none">(A) apenas quando se aproveite da deficiência de julgamento e inexperiência da criança, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.(B) quando discriminatória de qualquer natureza, que incite à violência ou explore o medo ou superstição.(C) quando, em qualquer modalidade, transmitir informação inteira ou parcialmente falsa.(D) quando omitir informação capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade ou propriedades de produto ou serviço.(E) se não tiver sido autorizada pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor.	<p>83. Sobre as relações de consumo, considere as seguintes afirmações:</p> <ul style="list-style-type: none">I. É considerado contrato de adesão aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou que sejam estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.II Não pode haver garantia contratual complementar, quando houver garantia legal.III. As cláusulas contratuais abusivas são anuláveis quando transferirem responsabilidades a terceiros.IV. É válida a cláusula que determina a utilização compulsória de arbitragem, exceto nos contratos que envolvam alienação fiduciária em garantia de bem imóvel.V. Nos contratos de fornecimento de produtos ou serviços, que envolvem a concessão de crédito ou financiamento, o fornecedor deverá informar ao consumidor o montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros. <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) III e V.(B) II e IV.(C) I e V.(D) I e II.(E) II e V.
<p>80. A desconsideração da personalidade jurídica de sociedade fornecedora de produto ou de serviço se dará</p> <ul style="list-style-type: none">(A) por decisão judicial ou de autoridade administrativa competente quando se verificar confusão patrimonial, apurada pela existência de bens da sociedade em nome dos sócios e administradores.(B) apenas quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade provocados por má administração.(C) por decisão judicial, e em nenhuma hipótese por decisão administrativa, quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.(D) apenas nos casos de comprovada fraude contra credores ou de execução em detrimento dos consumidores, por decisão judicial.(E) por decisão judicial ou de autoridade administrativa competente quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.	<p>84. A inversão do ônus da prova, no processo civil, quando a matéria estiver incluída no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, é cabível</p> <ul style="list-style-type: none">(A) a favor do consumidor, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.(B) a favor do consumidor, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou for ele vulnerável, segundo as regras ordinárias de experiência.(C) sempre a favor do consumidor, mas também a favor do fornecedor, se o juiz entender que o consumidor é litigante de má-fé.(D) mediante simples requerimento do consumidor que invocar sua vulnerabilidade.(E) sempre que ao consumidor forem concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita.
<p>81. No Código de Defesa do Consumidor, consideram-se</p> <ul style="list-style-type: none">(A) decadenciais os prazos de exercício de pretensão condenatória e prescricionais os das ações constitutivas.(B) prescricional o prazo para a reclamação por vício aparente dos produtos e decadencial o prazo para reclamar por vício oculto dos produtos.(C) decadencial o prazo para o exercício da pretensão à reparação pelos danos causados por fato do serviço e prescricional o prazo para a reclamação por vício aparente ou oculto de produto ou de serviço.(D) indistintamente os prazos prescricionais ou decadenciais, porque ambos se sujeitam à interrupção e à suspensão.(E) prescricional o prazo para o exercício da pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto e decadencial o prazo para reclamar pelo vício do produto.	



85. O consumidor pode desistir do contrato

- (A) a qualquer momento, se ainda não tiver sido pago integralmente o preço da compra ou da prestação do serviço, e este ainda não tiver sido completamente executado.
- (B) no prazo de sete dias a contar de sua assinatura se for celebrado dentro do estabelecimento do fornecedor e, em quinze dias, se for celebrado por telefone ou meio eletrônico, a partir do recebimento do produto.
- (C) sempre que o contrato for celebrado por meio eletrônico, no prazo de 10 dias a contar do recebimento do produto.
- (D) no prazo de sete dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- (E) sempre que, antes do pagamento, encontrar produto similar oferecido no mercado, por preço inferior, mesmo que já recebida a mercadoria em seu domicílio.

Direito do Idoso

86. Em relação à Política Nacional do Idoso é correto afirmar:

- (A) Tem por objetivo e finalidade assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.
- (B) Destina-se à pessoa maior de sessenta e cinco anos de idade.
- (C) Compete aos conselhos nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal do idoso a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.
- (D) Os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho, previdência social, cultura, esporte e lazer devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal compatíveis com os interesses da população idosa.
- (E) O processo de envelhecimento, como diretriz da Política Nacional do Idoso, diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos.

87. Ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores, as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos dos idosos, serão propostas no

- (A) lugar onde a obrigação deve ser satisfeita.
- (B) foro do domicílio do réu
- (C) foro do domicílio do idoso.
- (D) lugar do ato ou fato lesivo.
- (E) foro do domicílio do idoso ou do réu.

88. No Estado da Paraíba, em relação ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDDPI, analise as afirmações abaixo.

- I. É órgão colegiado, paritário, de caráter consultivo, deliberativo e controlador da política de defesa dos direitos da pessoa idosa.
- II. O secretário executivo do CEDDPI fará jus, em retribuição aos serviços prestados, a uma remuneração mensal equivalente ao menor salário pago ao servidor do quadro efetivo do governo do Estado da Paraíba.
- III. Os conselheiros, representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil, deverão ter comprovada atuação na área dos direitos humanos e do atendimento à pessoa idosa.
- IV. Os membros do conselho e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo governador do Estado da Paraíba, para mandato de dois (2) anos, permitida recondução por igual período.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Direitos Humanos

89. A Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU em 10/12/1948 e assinada pelo Brasil na mesma data, representou o repúdio direto das ideologias que tinham por princípio “o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem”. As liberdades consideradas “como a mais alta aspiração do homem comum”, no preâmbulo da DUDH são:

- (A) liberdade ao repouso e lazer, à instrução e à vida cultural.
- (B) liberdade política, de crença e de locomoção.
- (C) liberdade de palavra, de reunião e de opinião.
- (D) liberdade de viver a salvo do temor e da necessidade, de governo e de emprego.
- (E) liberdade de palavra, de crença e de viver a salvo do temor e da necessidade.

90. Em relação à incorporação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos ao direito brasileiro é correto afirmar:

- (A) Para que produzam efeito de emenda constitucional, deverão ser aprovados, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (B) O Decreto Legislativo de aprovação somente produzirá efeito após a sanção do Presidente da República.
- (C) Têm aplicação imediata e não necessitam de aprovação do Congresso Nacional por tratarem de direitos e garantias fundamentais.
- (D) Deverão ser celebrados privativamente pelo Presidente da República.
- (E) Não produzem efeito de norma constitucional, mas somente de norma supralegal, em razão da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.



<p>91. A legitimidade para submeter caso à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH pertence</p> <p>(A) originariamente aos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e subsidiariamente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.</p> <p>(B) em razão da jurisprudência consolidada da Corte Interamericana de Direitos Humanos, somente aos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.</p> <p>(C) por força da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, aos Estados-Partes e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e por força da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos, aos indivíduos lesados, de forma autônoma.</p> <p>(D) aos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, por força da jurisprudência da CIDH, aos indivíduos, de forma autônoma, em relação à estipulação da reparação do dano devida.</p> <p>(E) originariamente aos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e por força do princípio da complementariedade à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e aos indivíduos, de forma autônoma.</p>	<p>94. Segundo a Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal),</p> <p>(A) as florestas existentes no território nacional são bens da União.</p> <p>(B) será admitido o cômputo das áreas de preservação permanente no cálculo do percentual da reserva legal do imóvel, desde que preenchidos certos requisitos previstos em lei.</p> <p>(C) será permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de preservação permanente apenas para obtenção de água.</p> <p>(D) os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observada, dentre outros requisitos, a salvaguarda da integridade das restingas e dos processos ecológicos a elas associados.</p> <p>(E) para o estabelecimento de áreas verdes urbanas, o poder público estadual contará, dentre outros instrumentos, com o exercício do direito de preempção para aquisição de remanescentes florestais relevantes.</p>
<p>92. No exercício de sua competência legislativa, o Estado da Paraíba pode se valer das opiniões consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH uma vez que</p> <p>(A) não compete privativamente à União participar de organizações internacionais regionais.</p> <p>(B) as opiniões consultivas da CIDH realizam a interpretação das normas americanas de direitos humanos e o controle de leis ou projetos com relação às disposições da Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo importante fonte de referência à Assembleia Legislativa.</p> <p>(C) o Estado da Paraíba, por ser parte indireta da Convenção Americana de Direitos Humanos, preserva a sua competência legislativa constitucional.</p> <p>(D) o Estado da Paraíba, através da Assembleia Legislativa, tem legitimidade para atuar perante a CIDH.</p> <p>(E) sendo o Estado da Paraíba uma unidade autônoma da República Federativa do Brasil, está obrigado a observar os pareceres consultivos da CIDH, devendo legislar, nos limites de sua competência constitucional, no peculiar interesse de sua população.</p>	<p>95. Uma lei municipal que trata de coleta seletiva de resíduos sólidos será</p> <p>(A) inconstitucional, pois o tema é de competência exclusiva da União.</p> <p>(B) inconstitucional, pois o tema é de competência exclusiva do Estado.</p> <p>(C) constitucional, pois o tema de resíduos sólidos é de competência exclusiva do Município.</p> <p>(D) constitucional, desde que se obtenha a anuência da Assembleia Legislativa do respectivo Estado.</p> <p>(E) constitucional, por versar sobre assunto de interesse local.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Ambiental</p> <p>93. Compete ao Estado legislar</p> <p>(A) exclusivamente, sobre o controle da poluição.</p> <p>(B) exclusivamente, sobre a conservação da natureza.</p> <p>(C) concorrentemente, com a União sobre a proteção do meio ambiente.</p> <p>(D) concorrentemente, com os Municípios sobre as florestas.</p> <p>(E) subsidiariamente, caso não haja legislação municipal, sobre a pesca.</p>	<p>96. Das alternativas abaixo, é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente o</p> <p>(A) zoneamento urbano.</p> <p>(B) estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.</p> <p>(C) licenciamento de toda e qualquer atividade.</p> <p>(D) instrumento social da concessão florestal.</p> <p>(E) sistema de informações sobre o meio ambiente exclusivo para órgãos governamentais.</p> <p style="text-align: center;">Direitos Difusos e Coletivos</p> <p>97. Segundo o disposto na Lei nº 12.016/09:</p> <p>(A) Para a impetração de mandado de segurança coletivo por associações, o requisito da pré-constituição pode ser dispensado quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano.</p> <p>(B) É possível a impetração de mandado de segurança coletivo, para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.</p> <p>(C) Cabe a impetração de mandado de segurança coletivo, por associação de municípios para a tutela judicial dos interesses e direitos dos Municípios associados, se prevista entre os seus objetivos institucionais.</p> <p>(D) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria representados pelo impetrante.</p> <p>(E) Os efeitos da coisa julgada no mandado de segurança coletivo somente beneficiarão o impetrante a título individual se este houver pedido desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.</p>



98. Com relação às ações coletivas, em sentido lato, é correto afirmar:

- (A) Admite-se o controle concentrado de constitucionalidade em ação civil pública.
- (B) Qualquer pessoa pode ajuizar ação popular.
- (C) Na ação popular a sentença tem eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, cuja formação independe do resultado da demanda e da prova produzida.
- (D) Na ação civil pública, o juiz poderá conceder mandado liminar, ainda que sem justificação prévia.
- (E) O julgamento do *habeas data* coletivo compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal, contra atos das Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Assembleias Legislativas Estaduais.

99. Considere as seguintes afirmações:

- I. A competência nas ações civis públicas é inderrogável e improrrogável pela vontade das partes, sendo competente apenas o foro do local onde ocorrer o dano.
- II. O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais.
- III. Na ação civil pública, a propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- IV. A citação válida na ação popular prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

100. O Estatuto da Cidade prevê diretrizes gerais que visam ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, dentre as quais:

- (A) maximização dos padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com as metas de desenvolvimento social e econômico do Município e do território sob sua área de influência.
- (B) regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.
- (C) separação adequada entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência.
- (D) prevalência de condições para os agentes privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, quando atendido o interesse social.
- (E) financiamento do Poder Público em projetos que tenham por resultado a valorização de imóveis urbanos.